



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia



Atena
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
Q5	Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 918.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisadora Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentado uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Agosto de 2019.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000	
Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927091	
CAPÍTULO 2	12
OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927092	
CAPÍTULO 3	29
TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Janete Webler Cancelier	
Daiane Loreto de Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.5391927093	
CAPÍTULO 4	44
AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ	
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	
DOI 10.22533/at.ed.5391927094	
CAPÍTULO 5	55
INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL	
João Batista Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5391927095	
CAPÍTULO 6	69
AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL	
Íria Oliveira Franco	
Cleonice Batista Regis Soares	
Frederico Augusto Guimarães Guilherme	
DOI 10.22533/at.ed.5391927096	
CAPÍTULO 7	83
AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS	
Bruna Martins da Paixão	
Renan Yamasaki Veiga Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5391927097	
CAPÍTULO 8	94
A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.5391927098	

CAPÍTULO 9	106
REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS	
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão	
Bruna Garcia dos Santos	
Matheus Teófilo Gomes	
Lucas José Elias Bezerra dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5391927099	
CAPÍTULO 10	126
A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014	
Gabriel Freitas Andrade	
John Carlos Alves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.53919270910	
CAPÍTULO 11	140
A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53919270911	
CAPÍTULO 12	151
GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL	
José Batista Siqueira	
Fabrício Passos Fortes	
Sanmy Silveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.53919270912	
CAPÍTULO 13	163
ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA	
Joeslan Rocha Lima	
Claudiomar da Cruz Martins	
DOI 10.22533/at.ed.53919270913	
CAPÍTULO 14	174
APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC	
Juliano Pereira de Mello	
Antônio Carlos Vitte	
DOI 10.22533/at.ed.53919270914	
CAPÍTULO 15	186
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA	
Mônica Hellen Ribeiro Cardoso	
Daniel Mallmann Vallerius	
Francisco Fernandes Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.53919270915	
SOBRE O ORGANIZADOR	194
ÍNDICE REMISSIVO	195

A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)

Guerby Sainté

Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Geografia
Campinas – São Paulo

RESUMO: Este trabalho tem como principal intuito elaborar uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti). Para isso, parte de uma análise territorial e espacial, considerada como um dos elementos relevantes na análise geográfica desse Município. Busca-se, também, compreender como o uso do território vem se acirrando e representando algumas dificuldades na gestão e na organização sociopolítica do Estado. Assim, é possível analisar qual seria o papel do Estado na regulamentação e na valorização das dinâmicas econômicas e políticas por meio de um planejamento territorial para o fortalecimento da circulação de mercadorias na cidade em questão. Esta discussão poderá trazer uma contribuição relevante para a ciência geográfica sobre como a dinamização da economia ocorre através de uma transformação do território.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Estado territorial. Reconfiguração espacial.

TERRITORIAL RECONFIGURATION AND STATE PUBLIC POLICY: THE CASE OF THE OUANAMINTHE CITY (HAITI)

ABSTRACT: The main objective of this work is to elaborate an analysis about the territorial reconfiguration and the public policies of the State in the case of Ouanaminthe (Haiti). Therefore, part of a territorial and spatial analysis, considered one of the relevant elements in the analysis of the territory. If you seek, Therefore, understanding how the use of the territory has been sharpened and represents some difficulties in the management and socio-political organization of the state. Thus, it is possible to analyze what would be the role of the State in regulating and valuing economic and political dynamics through territorial planning to strengthen the circulation of goods in the city in question. This discussion may make a relevant contribution to geographic science on how the dynamization of the economy occurs through a transformation of the territory.

KEYWORDS: Territory. Territorial state. Spatial reconfiguration.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é colocar em público algumas abordagens sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas

do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti) para uma dinamização da economia por meio de um descongestionamento dos serviços públicos, econômicos e políticos do município haitiano de Ouanaminthe. Percebemos que essa cidade tem sido foco de investimentos públicos em diversas áreas, como na construção das redes urbanas, de leitos hospitalares, tratamentos de esgoto, escolas, gestão de saneamento e segurança e construção de empresas. Assim, o Estado passa estruturar a vida social dos cidadãos e faz com que a cidade se torne um lugar mais acessível e flexível para a sociedade, permitindo que o se encontrem soluções para os inúmeros problemas que aparecem no domínio da administração pública. Tal decisão pode levar ao fortalecimento da economia por trazer uma satisfação das necessidades básicas da população regional, como na criação de empregos, permitindo maior fluxo e circulação de pessoas. Nessa perspectiva, a reconfiguração territorial revitaliza a visão da geografia ao trazer uma maior relevância ao território, ligado ao processo de desenvolvimento urbano. Essa questão de revalorização da estrutura espacial e territorial da cidade de Ouanaminthe será discutida mais adiante e pode contribuir sobremaneira para a ciência geográfica.

O ESTADO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL: DINÂMICA DAS POLÍTICAS SOCIOESPACIAIS DA CIDADE DE OUANAMINTHE.

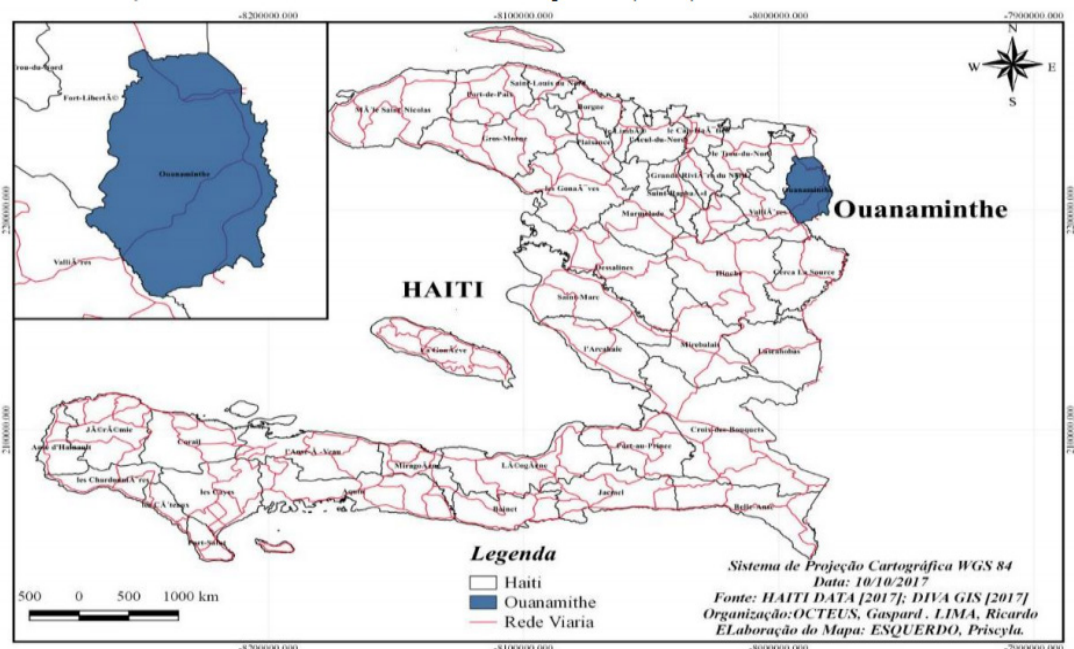
Na análise da dinâmica territorial e transformação atual da cidade de Ouanaminthe, a discussão do território não é imune a um debate geográfico. O território pode ser considerado como uma categoria espacial que não pode existir sem uma comunidade que o qualifique e crie; é construído com base na transformação e na apropriação dos meios pela natureza. Portanto, esse território pode ser usado como um produto socialmente produzido através de um resultado histórico da vinculação de um grupo e/ou indivíduo ao espaço que o abriga. E a expressão dessa relação sociedade/espaço é impossível de ser pensada sem recurso aos processos sociais (MORAES, 2005). Nessa mesma lógica, o território passa a ser representado como uma base fundamental para a formação do Estado-Nação, que, ao mesmo tempo, o moldava (SANTOS; SOUZA, 2006). O território é definido como um espaço apropriado, espaço social, espaço usado, o lugar onde se objetiva a reprodução das relações sociais e o cotidiano da vida humana, caracterizado pela disputa de dominação, de poder e de controle (SANTOS, 2012). Portanto, os territórios podem ser construídos a partir de um espaço onde executam um trabalho nas relevantes relações marcadas pelo poder e pela dominação (RAFFESTIN, 1993).

Ademais, o território é caracterizado e qualificado pelos fatores de identidade, territorialidade, cultura, entre outros. As disputas pelos usos do território estabelecem acirradas lutas pelo poder; é por essa razão que território e poder constituem-se em um par dialético. As relações de poder são caracterizadas por uma organização social e política dada, resultando inevitavelmente em conflitos (SOUZA, 2014). Em relação a

essa questão, o território é um espaço qualificado pela preponderância de um grupo de pessoas, sendo determinado pelo controle político de âmbito territorial e espacial, que, no mundo contemporâneo, estabelecem áreas de domínio estatal (MORAES, 2005). No cenário atual, o Estado territorial se disseminou pelo mundo inteiro. Todavia, há profundas desigualdades na execução da soberania entre dos Estados, na difusão pelo cumprimento do poder, tanto no interior dos territórios, na relação de Estado e cidadão, quanto nas relações interestatais (CATAIA, 2011). Nesse caso, o Estado detém o monopólio do controle sobre o espaço e no limite dessa jurisdição espacial.

Nesse contexto, o Estado toma sua feição moderna, nacional e internacional. Essa superação do particularismo é importante para o domínio capitalista, pois fundamenta a emergência do capital nacional. Porém, o Estado pressupõe a individualidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição e sua delimitação da formação territorial do espaço (MORAES, 2005). Essa discussão estabelecida tem a ver com a formação socioespacial da cidade de Ouanaminthe (Haiti), relevante para o entendimento do processo social e para a contextualização da formação territorial dessa cidade no tempo histórico, na construção de um atributo produtivo do espaço de Estado territorial e das políticas socioespaciais.

Do ponto de vista geográfico, a município de Ouanaminthe conta com uma área de 222,90 km² e faz parte do Departamento Noroeste (1698 km²). Segundo informação do Institut Haitien de Estatistique et d'Informatique de 2015, esse município registrava 106.129 habitantes (MATOS, 2016). Essa cidade estabelece uma conexão mais relevante entre dois países. No Haiti, encontra-se a cidade do Cabo Haitiano, uma Capital Regional que polariza significativa hinterlândia. Geograficamente, a cidade de Ouanaminthe é um dos locais cruciais em termos de circulação do mercado binacional entre o Haiti e a República Dominicana. É um dos pontos culminantes que favorece o maior fluxo de migrações da população haitiana; milhões de pessoas atravessam a fronteira cotidianamente sem documentos oficiais para buscar empregos no território dominicano. E é nessa região da capital regional que está localizada a cidade de Ouanaminthe, conforme mostra o Mapa 1 a seguir:



Mapa 1 – Localização geográfica de Ouanaminthe – Haiti

Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS84, HAITI DATA: DIVA GIS (2019)

Em relação ao uso do território, nota-se que o fluxo de migração tem aumentado na cidade de Ouanaminthe. Tal valorização do espaço pode ser compreendida por meio do processo de formação territorial. Portanto, ele pode ocorrer através de uma manifestação singular que envolve uma relação específica de uma determinada sociedade com o seu meio. Sendo assim, trata-se de uma parte da singularidade de uma totalidade na qual está inserida por meio de uma transformação social e espacial (MORAES, 2005). Em referência à análise territorial, o espaço passa a ser determinado como um fato social, produto da ação humana que interfere no processo social, tanto pelo que aconteceu na história quanto pelo fato imanente de historicidade provável de ser imaginada. Portanto, cada pacto de configurações técnicas e espaciais relacionados estabelece a particularidade produtiva de um espaço, sua limitação e sua virtualidade (SANTOS, 1982). Perante essa análise, a cidade de Ouanaminthe passa a sofrer algumas mudanças na estrutura organizacional e socioespacial por meio dos fluxos de pessoas que se estabelecem na área de fronteira em busca de melhores condições de vida. Tal situação contribui para reconfigurar a dinâmica das políticas socioespaciais dessa cidade.

Essa perspectiva concerne diretamente à literatura do território. Acerca disso, Moraes (2005) afirma que cada discurso relacionado à questão do território tem uma história que leciona suas configurações e suas estruturas mais recentes; suas formações representam um caminho muito rico para análise da formação regional de um país, estabelecendo-se um dos componentes que determinam as suas características na escala nacional e que, dessa maneira, provoca aos desequilíbrios regionais. Tais valorizações permitem equacionar o espaço como um processo no qual estão presentes não exclusivamente as legitimidades econômicas, mas também

os projetos de política (social, territorial, econômica e cultural), que, por distintos caminhos, apropriam-se e possuem a capacidade de serem compreendidos como resultados de uma história que é logicamente conferida posteriormente.

Esses conceitos de território, de Estado territorial e formação territorial estão relacionados à cidade Ouanaminthe. Dessa forma, o assunto associado à questão problematiza sobre a questão das políticas públicas para o desenvolvimento urbano e econômico, a ser discutido nas páginas seguintes.

PROBLEMATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DE OUANAMINTHE

Durante os últimos anos, a cidade de Ouanaminthe vivenciou uma explosão demográfica muito tensa. Essa tendência de deslocamentos na área de fronteira aumentou em decorrência do terremoto de 2010, que deixou milhões de pessoas sem abrigo. Tal fenômeno provocou um aumento na densidade populacional nessa região, afetando ainda mais os serviços sociais e básicos já precários. Nessa perspectiva, às cidades, por meio da sua função na urbanização regional, atribuem-se alguns tipos característicos por certos papéis econômicos mais ou menos influenciados pela história. De fato, isso passa a desconhecer gravemente a realidade geográfica ou negligenciar a verdadeira personalidade peculiar a cada cidade (ROCHEFORT, 1998).

Como a cidade se torna cada vez mais um espaço que se organiza para acolher as grandes firmas, isso diminui os recursos públicos disponíveis à população, agravando a crise social. Na dinâmica de transformação da economia urbana, os territórios passam a ser considerados como formas, enquanto o território usado são objetos e ações, espaço habitado e regido pela fluidez. É marcado pelo serviço da competitividade, que atualmente favorece as relações econômicas, a serem movimentadas pela cidade, de modo a reconfigurar o espaço urbano pela circulação das práticas comerciais (SANTOS; SOUZA, 1996).

A inserção geográfica da cidade em sua região repercute na maneira pela qual a cidade cumpre o seu papel (na transformação da sociedade e contribui para o desenvolvimento econômico regional) e no movimento de negócios e de comércio pelo reflexo de sua clientela rural. Através dessa inserção, impacta na fisionomia de seus bairros e constitui um elemento perceptível da paisagem urbana. Assim, a busca de uma organização regional racional deve primar pelas particularidades individuais de cada aglomeração e dispor-se a corrigir as más transformações e inadequações intrínsecas à rede cultural ou, ao menos, tentar transformar essa rede com o objetivo de adaptá-la às novas perspectivas da economia regional (ROCHEFORT, 1998) dessa cidade.

Na percepção de Cano (2011), o Estado pode adotar uma fórmula simplista de descentralização nos municípios para atrair as indústrias nos diferentes setores do país. Isso se verifica ao repensar as readequações das regiões, preparando uma nova

perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões em outras cidades, a fim de antecipar o agravamento dos problemas que se manterão nas grandes áreas metropolitanas e que geram degradação de cidades de porte médio. Além disso, a cidade pode estar inserida em uma nova postura política e passar por um processo de revitalização em questões de finanças públicas, favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma dinâmica e efetiva política de localização das atividades econômicas dessa cidade.

Desse modo, o Estado deve investir na construção das redes nessa cidade para melhorar a circulação de pessoas e de mercadorias a fim de que essa cidade estabeleça uma interconexão com as demais, não exclusivamente das regiões circunvizinhas, mas do país todo. Em sua análise, Rochefort (1998) ressalta que as redes urbanas e a estrutura são quase sempre afetadas por fenômenos de sobrevivência da população devidos à permanência das cidades, mesmo depois de serem extintos os fatores que estiveram na origem da sua criação.

Outros fatores a serem observados são as redes e o arcabouço que parecem inadequados e inadaptados em relação às necessidades atuais da urbanização da cidade. Com isso, a análise de Santos (2002) permite perceber que a característica das redes instituídas nas grandes cidades têm de ser vista como o produto da condição contemporânea das técnicas. Assim, para fazer funcionar redes da cidade, elas são formadas através da verticalização dos fluxos de pontos, atuando como elemento regulador nas diferentes escalas geográficas. Em virtude desse aspecto, cabe renovar e recriar as horizontalidades do espaço da contiguidade.

Essa urbanização no Haiti acontece por meio da centralização político-administrativa e a concentração de atividades econômicas na capital à custa de cidades provinciais. Essa dinâmica está ligada ao fenômeno da industrialização, que favorece a criação de mão de obra, bens e serviços coletivos, bem como a aglomeração populacional e a extensão urbana em termos de mudança socioeconômica e espacial. No entanto, essa forma de urbanização provoca um desequilíbrio socioeconômico na organização do espaço e das ações políticas. Para as zonas de aglomeração com habitantes que vivem abaixo da linha da pobreza, há grandes desigualdades sociais, além de deficiências nas infraestruturas e nos serviços sociais básicos (ARISTIDE, 2014).

Recentemente, constata-se que o espaço urbano depende majoritariamente dos métodos espaciais de produção para cada contexto nacional: leis, normas de construção, sinalizações, das práticas sociais, essencialmente num contexto em que os regulamentos urbanos estão ausentes e não há planejamento normativo. Essa estrutura prática do espaço se constrói através das relações sociais que se opõem às estratégias que envolvem o Estado de espaço, o seu valor de uso e o seu valor de mercado. As práticas sociais são geradas por modelos ativos, estruturais e culturais que podem conduzir à definição de espaços *versus* bairros que não são comuns e que permanecem fora do familiar (PANERAI et al, 1999).

Podemos destacar que a complexidade da evolução econômica e social tem implicação direta sobre o desenvolvimento da política da urbanização por falta de perspectiva do Estado no investimento e nas reconfigurações do espaço urbano dessa cidade. A análise permite perceber que nos países de Terceiro Mundo, especialmente, no caso Haiti, a cidade Ouanaminthe, a organização da estrutura urbana não põe em prática as regras de planejamento urbano. O desenvolvimento urbano é dirigido por estruturas de propriedade, e também de práticas de uso da terra. Porém, no território vizinho, principalmente na cidade Dajabón, que divide o espaço urbano com a de Ouanaminthe cabe no comando aos grandes proprietários que têm como estratégia de aumento o valor da terra ocupada por áreas residenciais de classe média, conseqüentemente a limitação da expansão urbana.

Para PNUE (2013), um dos principais problemas para as políticas públicas para a reestruturação da situação da cidade de Ouanaminthe é a pobreza. Ela se traduz na falta de emprego, na insegurança alimentar incessante e também no subdesenvolvimento do Haiti, afetando literalmente toda a cidade de Ouanaminthe e produzindo um efeito para a cidade de fronteira entre esse país e a República Dominicana.

A segunda dificuldade que o governo de Ouanaminthe vem enfrentando e que prejudica o desenvolvimento local é a degradação ambiental, que se manifesta especificamente pelo processo erosivo. Tal fenômeno provoca principalmente a deflorestação, implicando falta de cobertura vegetal, deterioração do meio marinho, destruição de grande parte da agricultura durante o período pluvial, situação que afeta diretamente da economia urbana. Ademais, verifica-se a ausência de tratamento de esgoto pelo serviço público, implicando aumento significativo da poluição da água dessa cidade e do meio ambiente e proliferação de doenças transmitidas por resíduos sólidos e bactérias devido à precarização dos serviços de políticas públicas.

Em decorrência desta análise, observa-se que esse problema está diretamente ligado à fraqueza das estruturas do governo ao estabelecer o plano urbanístico e à sua capacidade muito limitada de estimular o crescimento econômico, mobilizando os recursos necessários para fornecer um mínimo de serviços sociais básicos à sua população. Tal posição é orientada em uma perspectiva ideológica que considera a urbanização como uma evidência de desenvolvimento econômico, integrando o desenvolvimento de serviços e a qualidade de vida da população de tal área.

Além disso, essa correlação entre a proporção da população urbanizada e o crescimento das necessidades urbanas deve levar em conta uma política de amplo acesso aos serviços sociais básicos. Os diferentes dispositivos operacionais que articulam as necessidades de serviços e suas demandas em são em grande parte determinados pela concepção e pelo lugar dos serviços sociais com as necessidades sociais, e não pelo nível de desenvolvimento econômico dos países (ARISTIDE, 2014; LAMONT; MÓLNAR, 2002).

O terceiro fator a ser destacado é a fraqueza da governança e a falta de responsabilidade do governo haitiano, que se reproduz em todas as facetas da

economia e da sociedade local e tem consequências prejudiciais para a cidade de Ouanaminthe. A falta de iniciativa do governo, a ausência de um projeto e de um planejamento para investir na infraestrutura urbanística e na criação e construção das redes urbanas para facilitar a circulação da mercadoria e permitir o deslocamento da população local também fazem com que a sociedade local seja o pilar de um projeto de integração social da população dessa área.

O PAPEL DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO DO TERRITORIAL: CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO PARA A MUDANÇA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE OUANAMINTHE

É importante ressaltar que a cidade de Ouanaminthe se localiza na região limítrofe com a cidade de Dajabón. Por esse motivo, muito haitianos aproveitam as oportunidades oferecidas pela cidade dominicana, comercializando e se empregando nas proximidades das cidades. Por esse fato, a cidade de Ouanaminthe passou a sofrer um crescimento populacional exacerbado nos últimos anos acompanhado de uma taxa de urbanização muito grande na região. Assim, a população de Ouanaminthe tem aumentado em 21% ao ano. Esse crescimento de fluxos populacionais é sentido também do outro lado da cidade vizinha devido ao estabelecimento de uma parte da população haitiana em território desocupado da República Dominicana (PNUE, 2013).

O Município de Ouanaminthe se diferencia por apresentar uma vida associativa mais ativa. Suas características como cidade fronteiriça, a questão dos migrantes, o estabelecimento da zona franca de CODEVI e o processo de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento em 2010 são fatores que favorecem a dinâmica organizacional dessa cidade. A cidade de Ouanaminthe é um dos municípios haitianos onde a população urbana é superior à população rural. Esse fenômeno pode ser explicado por três fatores: i) o período de embargo de 1991-1994, durante o qual a cidade se tornou um dos principais pontos de compra comercial com a República Dominicana, atraindo fortes movimentos migratórios, alguns deles permanentes; ii) a instalação da zona franca de CODEVI em 2003-2006, que levou à criação de cerca de 3.000 empregos diretos; e iii) o fluxo migratório após a tragédia do terremoto de 2010 (ARNAU, 2014), que fez com que grande parte dessa população deixasse a cidade natal para procurar uma vida melhor na zona de fronteira.

Nesse sentido, o Estado tem um papel relevante na reconfiguração do planejamento da cidade de Ouanaminthe. A regionalização do espaço pode ser resgatada pelo Estado. E o Estado, ao procurar resgatar o seu papel, necessita recuperar as regiões. Portanto, o mais crucial para o Estado são as regionalizações espaciais e territoriais reais do Estado-Nação, instituídas pela apropriação de parcelas do espaço por arranjos específicos de atores que conformam as sociedades locais, sociais, políticas, culturais e econômicas das regiões, que são componentes do próprio

Estado (BECKER, 1984). Nessa perspectiva, a função do comando devido a essas configurações superiores de produção não material tem consequências na integração gradativa do país às novas exigências da vida internacional. Nesse sentido, o modelo organizacional que representa o espaço como fluxos estruturadores do território pode ser considerado como os fluxos de matéria, que desenham o esqueleto do sistema urbano (SANTOS, 2009).

A constituição das cidades ocupa uma função importante na transformação do espaço, porém essas verticalidades possibilitam a fragmentação produtiva e territorial. Desse modo, não poderia ter um esgotamento da descentralização no contexto de desenvolvimento do circuito socioespacial; deveria haver uma descentralização seletiva e concreta do espaço gerado pelo dinamismo socioeconômico e por um planejamento territorial nacional. Tal planejamento deveria ser feito pelo processo dinâmico de estruturação da região tradicional, acarretando uma nova reestruturação espacial da cidade em outras escalas geográficas, uma grande unidade de identificação e de intervenção de Estado (BECKER, 1984).

De fato, o Estado deve procurar uma nova perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões a outras cidades a fim de antecipar o agravamento dos problemas que persistirão nas grandes áreas metropolitanas e que vêm gerando a degradação de cidades de porte médio. Além disso, a região metropolitana pode estar inserida em uma nova postura política e poderia passar por um processo de revitalização das questões de finanças públicas, favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma efetiva e dinâmica política de localização das atividades econômicas do país (ROCHEFORT, 1998). Devido a essa análise, o Estado tem um papel importante de entrar em diálogo com as regiões na busca um projeto de planejamento territorial que concilie interesses políticos específicos especializados e os interesses das sociedades nacionais e regionais. Necessita, também, renegociar com os locais diferenciados para responderem positivamente tanto nos aspectos políticos e sociais quanto nos aspectos econômicos (BECKER, 1984).

Ao possuir unidade na dinâmica econômica da estrutura da geografia urbana, torna-se essencial à rede regional relocalizar cada cidade para interpretá-la de maneira concreta. Em razão disso, essa rede deve estabelecer a estrutura para um novo recorte regional (CANO, 2011). Para realizar um novo processo de descentralização da economia urbana, essa cidade tem que passar por um processo de despolitização e fragmentação territorial da economia nacional, no intuito de que as cidades mais empobrecidas se beneficiem de um maior investimento público na construção das redes da cidade no território para melhorar a circulação dos fluxos material, imaterial e de serviços (BECKER, 1984). Além disso, a realidade das redes estabelecidas nas grandes cidades tem de ser vista como o produto da condição contemporânea das técnicas. Assim, para fazer funcionar as redes da cidade, formadas através da verticalização dos fluxos de pontos, elemento regulador nas diferentes escalas geográficas, cabe renovar e recriar as horizontalidades do espaço da contiguidade

através de uma de fragmentação territorial (SANTOS, 2002; SANTOS, 2008).

Nesse sentido, a fragmentação territorial e a da economia não poderia ser apropriada porque propõe um rompimento com as novas relações econômicas, com a reconfiguração espacial e territorial da cidade, de modo que algumas regiões foram declinadas e outras surgiram através do processo de estruturação dinâmica socioterritorial e espacial do espaço urbano e da cidade. Nessa proposta de transformação socioespacial e da cidade, o Estado desempenha um papel relevante na reconfiguração das novas áreas, sendo um dos elementos importantes na particularidade e na configuração de novas regiões que crescem. Porém, essa concentração e a desconcentração, desterritorialização, reterritorialização, regionalização não podem ser tratadas sem levar em conta o papel das cidades (BECKER, 1984; SANTOS, 1994).

Na criação de novas perspectivas para transformação da cidade de Ouanaminthe, essa discussão tem uma grande importância para que o Estado reveja o plano de construção urbanística e de redes urbanas a fim facilitar a circulação da economia e a da população da cidade. Isso pode ser concretizado por meio de investimento estatal e do setor privado, pela conscientização da população e pela integração social como principal pilar no desenvolvimento e na circulação da produção dessa região.

Devido ao fluxo de comércio transfronteiriço estabelecido na fronteira entre Haiti e República Dominicana, principalmente entre a cidade de Ouanaminthe e Dajabón, a maior parte da população de Ouanaminthe concentra-se perto da fronteira. Dentre essas pessoas, grande parte envolve-se nas práticas das atividades comerciais na região, e isso leva à reconfiguração do espaço urbano via comércio praticado. O que Santos (2008, p.108) denomina de mercado determina como “um fator de controle, um dado de unificação, e um conjunto de elementos possibilitando de estabelecer um dado de equilíbrio da economia”.

Em virtude disso, a relação entre urbanização e o problema dos serviços sociais requer certa política em termos de ação e intervenção social que integrem o papel e a função do Estado no que diz respeito ao bem-estar dos cidadãos. Cabe ressaltar que a questão dos serviços sociais aparece em todos os contextos urbanos e constitui questões importantes em relação ao planejamento urbano e ao planejamento espacial, bem como ao desenvolvimento socioeconômico, com destaque à produção de serviços sociais na dinâmica da economia urbana da cidade de Ouanaminthe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi discutido algumas abordagens sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado na cidade haitiana de Ouanaminthe no objetivo de promover a dinamização da economia urbana. Observa-se que, para haver uma reconfiguração do planejamento territorial da cidade de Ouanaminthe, é necessário investimento do Estado na reorganização do tecido social da administração pública e na criação de redes para permitir melhorias no deslocamento de produtos e de

pessoas. Como a cidade é um produto social espaço-temporal, está ligada a um processo histórico da produção que unifica a sociedade global num sistema geral de integração cultural e institucional. Levando-se em consideração esses aspectos, o Estado tem um papel relevante na reorganização da adequação dos serviços e das infraestruturas públicas, na construção de rodovias e na prestação de serviços hospitalares da cidade de Ouanaminthe. Por meio da aplicação de uma política de desenvolvimento econômico, social e político, é possível promover uma transformação significativa na desintegração dos serviços públicos a fim de responder à necessidade da população local e regional, permitindo melhor acessibilidade na área urbana por meio de interconexões com a grande cidade. Nesse contexto, o Estado deve buscar eliminar os desajustes na implementação de um planejamento de longo prazo, devendo ser considerado como fator-chave para a reorganização e a reconfiguração territorial do Município de Ouanaminthe. Essas ações têm de estar em conformidade com os níveis de governo e da administração estadual, ao idealizar uma organização político-territorial com o objetivo de fornecer uma resposta adequada às grandes opções nacionais e regionais do país.

AGRADECIMENTO

Um Agradecimento especial a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ARISTIDE, Sibert, **La question des Services sociaux dans le processus d'urbanisation accélérée de la commune de Ouanaminthe**. Memoire de licence en service social, Université d'État d'Haïti, Port-Au-Prince, Haiti, 2014.

ARNAU, Mireia Porta. **Plan de financement des services publics communaux (PFC)**. Departement Nord-Est, Ouanaminthe, 2014.

BECKER, Bertha k. **Ordenação do território: uma questão política? Exemplos da América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1984, p. 1-36.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Editora: Unicamp, Campinas, SP, 2011. ISBN: 978-85-268-0958-1.

CATAIA, M. **Território: fundamento e fundamentação do estado. Uberlândia**, Revista Sociedade Natureza do Estado, v.23 n.1. p.115-124, 2011.

MATOS, Rubén Darío. **Plano Municipal de desarrollo Jimani: Pueblo de dos lagos, comercial, solidário y de paz**. Prologo, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005. ISBN-10: 8574195472.

PNUE. **Haiti-República Dominicana: Défis environnementaux dans la zone frontalière**. Le Cradin, Plagne, France, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Editora Ática: Cortesia. Paris, 1993. *ISBN*: 85 08 04290 6.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas**: ensinado sobre o urbano e a região. Editora: Hucitec, Paulo, SP, 1998. *ISBN*: 8527104288.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M; SOUZA, Maria Adelia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 3a Ed. São Paulo, SP: Hucitec: ANPUR, 1996. *ISBN*: 85-271-0273-0.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6a Ed. SP, Editor: Edusp, 2014. ISSN: 9788531410444

_____. **Por uma economia política da cidade**: caso de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. ISBN - 9788531411205.

SCHMIDT, Benicio Viero. **O Estado e a política urbana do Brasil**. Editora: UFRGS, 1983. *ISBN*: 8570250614.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

F

Formação de professores 186, 187

G

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

H

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

I

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

L

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

M

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

N

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

P

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

Q

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

R

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

S

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

T

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

U

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-653-9

